

I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa

Coleção História Oral do Exército: 1964 - 31 de março: Uma análise da construção da história oficial do golpe de 1964 pela força terrestre

Aline Prado Atassio

O golpe de 1964 que levou o país a 21 anos de regime de exceção foi assunto de muitos livros e debates na sociedade civil e a versão da história que permanece no imaginário da sociedade está embasada nestas literaturas e principalmente nos relatos daqueles que vivenciaram as agruras do período militar. Não obstante as manifestações do Exército sobre o tema, com a publicação de notas e livros de memórias de seus integrantes, jamais a instituição havia se pronunciado sobre o assunto na tentativa de impor uma visão oficial sobre o golpe, até que em 2003 a Bibliex lançou a Coleção História Oral do Exército - 1964: 31 de Março. *O Movimento Revolucionário e sua História*. Este trabalho visa analisar esta publicação, tida aqui como parte de um material utilizado para a construção da história oficial do Exército sobre o golpe de 1964.

A coleção, composta de 15 tomos e 250 entrevistas, surgiu como resposta à esquerda, a oposição civil e, principalmente, ao que eles denominaram revanchismo. Essa publicação foi a oportunidade de mostrar a todos a versão daqueles que participaram de alguma forma da “revolução”¹, independente da patente ou região em que serviam quando o movimento eclodiu. Nas palavras do próprio organizador, general Aricildes de Moraes Motta, o que se pretendia era “mostrar o outro lado da colina”. Ainda de acordo com o organizador, o objetivo da coleção é “tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pelas palavras daqueles que agora ganharam oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações” (MOTTA, 2003:9).

A motivação primeira para que tal coleção fosse realizada, segundo este general, ocorreu quando alguns setores da sociedade civil, como a mídia, os intelectuais e os políticos, tornaram-se insistentes falsificadores da verdade sobre os acontecidos na história

¹ Os militares entrevistados optaram por denominar o movimento de 1964 de revolução, em oposição a golpe, como ficou conhecido na sociedade civil.

recente, em especial pós anos 50, em nome de motivações ideológicas e da promoção do que os militares chamam de “revanchismo”. Segundo o general Motta, nestes setores da sociedade “todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. [...]. Pela palavra e pela pena, indisfarçavelmente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se neste mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados” (idem, p.10). Assim, fazia-se necessário, aos olhos das Forças Armadas, dar oportunidade àqueles que participaram direta ou indiretamente daquele período histórico, civis ou militares, e encontravam-se no lado direito do espectro político, de expor suas histórias sobre esses mesmos acontecimentos, para que os leitores tivessem assim oportunidades de utilizarem suas próprias formas de avaliação e juízo dos fatos.

Ainda de acordo com a introdução do general Motta, “é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas” (ibidem, p.10).

Os questionamentos sobre o procedimento metodológico utilizado na realização das entrevistas que compõem a Coleção são muitos e podemos começar citando a escolha dos entrevistados e entrevistadores. Não há dados concretos que nos explique como e porquê foram estes os nomes escolhidos; o que nos é colocado nas “considerações metodológicas” da Coleção afirma que a colônia foi formada por militares e civis que participaram do evento a ser estudado e a rede foi “baseada em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço número 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999 e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000”². A forma como os questionários foram aplicados, as intervenções freqüentes dos entrevistadores nas falas dos entrevistados também são falhas que podemos apontar.

² Motta, op.cit. Por diversas vezes busquei, através de e-mails, contato com os responsáveis pela Coleção, com o objetivo de esclarecer quais eram os critérios, como foram definidos e por fim, pedi que liberassem o meu acesso à referida Ordem de Serviço, bem como ao Plano Geral de Projetos, no entanto, jamais obtive resposta.

No entanto, a coleção revelou-se uma excelente fonte para compreendermos a memória da instituição militar sobre o golpe de 1964 e os anos em que o país esteve sob a égide das armas, e, mais do que isso mostrou-nos como os militares pretendem que a história do período seja contada e recontada dentro e fora da instituição.

A fim de atender o objetivo deste trabalho, faz-se imprescindível definir como a memória é aqui compreendida. Neste texto a memória “é o resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais” (Montenegro, 1992/93).

Relativamente à memória coletiva, foco de nossa atenção neste trabalho, podemos defini-la como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (Halbwachs, 1990). Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que consciente desse fato, é muito comum que os grupos lutem para preservar suas memórias, escrevendo-as, celebrando-as e passando-as às gerações futuras, o que é um dos principais objetivos da Coleção aqui estudada.

A memória coletiva é importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela pouco a pouco a identidade do grupo. Segundo Jacques Le Goff (1996): “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

A memória não é apenas aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário³.

Os estudos da memória garantem que a fala individual pode com precisão revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição e sedimentado nos seus membros e ainda seus esquemas de percepção. Podemos, desta forma, compreender o discurso como

³ O imaginário pode ser compreendido como um conjunto de signos, símbolos, idéias, mitos e ícones resultantes de discursos e práticas sociais. A construção do imaginário é parte intrínseca da legitimação de algumas instituições, como o Exército, que abrangem por completo a vida dos indivíduos que dela fazem parte, determinando seus *habitus* (Bourdieu, 2004). Segundo José Murilo de Carvalho (1990), “é por meio do imaginário que se podem atingir não soa a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, esperanças de um povo. É nele que as sociedades *organizam seu passado, presente e futuro*” (grifo meu).

algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual. Isso contudo não significa que os agentes não sejam dotados de livre arbítrio, mas, conforme Bourdieu, ao analisar o Exército, devemos admitir que tal instituição é uma estrutura organizacional, bem como uma instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus agentes, uma ação formadora de disposições⁴ duráveis. Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, “estruturas cognitivas e avaliativas idênticas” (Bourdieu, 2001).

Tendo em vista as considerações anteriores, passaremos a uma breve exposição da memória militar sobre o golpe e os anos procedentes.

*

O movimento de 1964 é assunto polêmico mas não entre os militares que depuseram para a coleção. Encontramos uma impressionante concordância com relação aos fatos, datas, aspirações e desejos daquele período dentro da caserna.

Um dos temas lembrados pelos entrevistados e que gerou certa discórdia refere-se ao próprio momento em que o golpe foi desencadeado pelo general Olympio Mourão Filho. Como exemplo ilustrativo, temos o depoimento do general Rubens Resstel, major em 1964 que servia no II Exército (SP) que contrasta com o do General Antonio Ferreira Marques, tenente-coronel em 1964 que servia no Rio de Janeiro:

“O General Mourão, antes de servir em Minas, foi comandante da 2ª Região Militar em São Paulo. Ele já nos conhecia e sabia das articulações que estávamos fazendo, tanto é que, antes de partir na direção do Rio de Janeiro, no dia 31 de março, mandou mensageiros a São Paulo, para saber se estávamos prontos. Sem dúvida, o General Mourão estava perfeitamente integrado conosco” (MOTTA, 2003, t.7. p.97).

⁴ Disposições são aqui entendidas como atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

A descrição do general Resstel sobre a ação e sobre Mourão buscou passar a imagem de que o golpe estava perfeitamente articulado e transcorreu, desde seu desencadear, em perfeita harmonia com os objetivos das principais regiões militares, bem como do chefe do Estado-Maior. Contudo, esta não foi a opinião que prevaleceu entre os entrevistados. A maioria dos relatos tendeu a classificar a atitude de Mourão como intempestiva, um arroubo do momento, ou ainda precipitada, mas plenamente justificável tendo em vista a situação em que o país se encontrava após o discurso de Jango no Automóvel Clube⁵. A entrevista abaixo nos mostra essa outra visão sobre o assunto:

“Troquei de roupa imediatamente, fardei-me e fui para a casa do Dr. Guimarães. Encontrei vários companheiros, acompanhando a evolução dos acontecimentos, porque o General Olympio Mourão Filho tinha partido de Minas, surpreendendo a muita gente que chegou a dizer que ele havia embarcado numa verdadeira aventura. Hoje se esconde este fato, mas houve gente do alto escalão comentando isso” (Motta, 2003, t,7, p. 99)

A fala do entrevistado acima é muito significativa, afinal, revela de maneira sutil um esforço do Exército ao escrever sua história oficial, em esconder o desagravo que a atitude de Mourão significou para aqueles que tomaram para si as rédeas do golpe: Costa e Silva e Castello. Pode ainda ser interpretado como uma falta de consenso entre os vários conspiradores, sugerindo que diferentemente do que a maioria das versões militares sobre o tema afirma⁶, havia vários grupos conspirando e estes estavam em desacordo em relação à várias questões como por exemplo sobre quando e como dar o golpe, ou ainda, quem deveria deflagrar o movimento militar.

Um dos consensos sobre o golpe foi a sua rapidez, os militares esperavam maior resistência por parte do governo com o apoio do I e III Exército, mas o esquema militar do general Assis Brasil fracassou, deixando o governo sem proteção e chances de impedir o golpe, como atesta o depoimento do Coronel Amerino Raposo Filho, Tenente-Coronel em 1964 que comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos, em Uruguaiana, RS:

“Foi rápido o desmoronamento do chamado ‘esquema militar’ apregoado pelo governo federal [...] de maneira que, na minha opinião, a surpresa foi dupla. Tanto da parte do governo, portanto do General Assis Brasil e do

⁵ Sobre o encontro no Automóvel Clube ver Villa, 2004.

⁶ D’Aguiar, Hernani. *A Revolução por Dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976; Poppe de Figueiredo, Marechal M. *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

General Jair, como também da nossa parte. Esperava-se um movimento até sangrento, de dificuldades crescentes, mas, afinal, predominou a compreensão” (MOTTA, 2003, t.2; p.281).

A lembrança dos militares sobre o 31 de março de 1964 trás consigo componentes interessante, como a herança de memória e a construção a posteriori (Pollak, 1992). A memória herdada é aquela em que por meio da socialização, seja ela política ou histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou identificação com uma memória que não pertence àquele que a lembra, mas que vêm de outra pessoa, do mesmo grupo, todavia é sentida como se tivesse sido realmente vivida pelo que a rememora. A imagem sobre Castello Branco é um exemplo deste tipo de memória. Tido como um exemplo de militar legalista, a história nos conta que Castello era sim um conspirador (LIRA NETO, 2004), no entanto, possuía um perfil mais moderado. Ainda assim, a imagem perpetuada dentro da instituição vê o primeiro presidente militar como o baluarte da moral e integridade apregoada pela instituição, que chegou por acaso a liderança do movimento de 64, como exemplifica o depoimento do coronel Marnio José Signorelli Teixeira Pinto, tenente do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) quando eclodiu o golpe:

“Naqueles primeiros dias não havia planejamento previamente elaborado sobre como dirigir o País. [...] A partir de um determinado momento emergiu a liderança do Castello Branco. Ele tinha uma ascendência tão evidente, um tamanho domínio intelectual sobre os demais que tudo o indicava para a presidência da República. Nenhum outro tinha cacife intelectual para tanto” (MOTTA, 2003, t.13; p.301).

Neste ponto a seletividade da memória foi sentida com clareza em muitas passagens do texto. Não obstante a importância de alguns fatos históricos como as disputas internas à corporação pela presidência, os desentendimentos entre Castello e Costa e Silva ou ainda o caso Frota, estes foram assuntos pouco lembrados e, quando foram, revestiram-se de uma amenidade que inexistiu no período. O grupo como um todo procurou – consciente ou não – omitir atos e fatos onde a cisão existente dentro do Exército se mostrasse com exatidão, de modo que as fraquezas, os erros, as

reticências ou as vacilações dos líderes militares foram muitas vezes “esquecidas”, restando a imagem vitoriosa, forte, decidida e imperiosa dos fatos e personagens no momento do golpe e posteriormente, como demonstra o depoimento do general Rubnes Bayma Denys, que procura impingir a idéia de que não havia cizânia dentro das FFAA e portanto, a formação de grupos conhecidos como castelistas e costistas não é um fato verídico:

“Após o sucesso do movimento armado, desapareceram as disputas ideológicas no seio dos seus quadros. Com a saída dos conhecidos militares comunistas, que nós tínhamos, tanto oficiais como sargentos, cessaram as disputas ideológicas no seio das Forças Armadas, com a conseqüente coesão dos quadros militares” (MOTTA, 2003, t.1; p.179).

Por fim veremos qual a imagem que os militares depoentes possuem dos 21 anos de regime militar, chamado por eles de “período da revolução” (MOTTA, 2003).

“O Brasil não parou. O País foi marchando, nas sendas do progresso. De 1964 a 1985 o desenvolvimento foi notável, em todos os sentidos, na educação, nos transportes, nas comunicações, na energia. Foi um período de tranqüilidade de que desfrutamos” (MOTTA, 2003, t.3; p.73).

Desta forma positiva e ressaltando sempre os aspectos econômicos em detrimento dos sociais os militares terminam suas narrativas, positivando os avanços conquistados nos anos de regime, mas esquecendo-se das mazelas que sofreu o país pelo regime de exceção. A repressão, as mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda, a posterior inflação ocasionada pelos planos econômicos dos governos militares são esquecidas afinal, na visão dos militares entrevistados, tudo o que foi realizado visava um bem maior, o bem do país:

“O Brasil deve à Revolução o fato incontestado de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. [...]. Esse é o maior mérito da Revolução. Isso justifica, ao meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns” (tenente-coronel Idalécio Nogueira Diógenes MOTTA, 2003, t.4; p.189).

Considerações finais:

O Exército, neste esforço de criar uma “imagem de si, para si e para os outros”(Pollak, 1992), ou seja, também para a sociedade civil, construiu um discurso capaz de influenciar opiniões em todos os âmbitos. Neste discurso o que encontramos foram tentativas dos depoentes em reforçar o “espírito militar” de seus componentes, através de uma narrativa moldada com o objetivo de repassar a impressão da instituição como algo unitário, coeso, estável, integrada por indivíduos de boa índole, caráter, cumpridores de ordens e de seus deveres, cuja luta foi pelo bem da nação, da democracia e do povo brasileiro. É interessante notamos ainda a posição em que os oficiais do Exército colocam a instituição: como a vanguarda das Forças Armadas em todos os episódios importantes da história nacional e também na formação de opinião das Forças. A própria expressão “nós, os militares”, muito utilizada entre os depoentes, não faz distinção entre as Forças quando, na realidade, expressa apenas a visão do Exército sobre o golpe e o período ditatorial.

O recolhimento silencioso daqueles que atuaram no regime militar, assim como as crescentes críticas da sociedade civil ao período e aos seus gerentes fizeram com que aqueles militares que de alguma forma viveram os anos em que o país esteve sob o domínio das armas, sentissem necessidade de lutar, para a preservação de suas memórias. Neste caso, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional do grupo, desgastado com os inúmeros ataques e ferida na idéia de que contribuíram para o bem da Nação e, no entanto, não possuem suas atitudes reconhecidas, dado que a versão vencedora da batalha pela memória é a daquele grupo que perdeu o combate político em 1964.

É recorrente a idéias de que perderam para a esquerda a batalha pela memória, como fica explícito no trecho da introdução da Coleção, escrita por Jarbas Passarinho, na qual o coronel sinaliza a situação dos oficiais que participaram do golpe e dos governos militares: “são quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida do governo de esquerda moderada. Todos pedem desculpas aos comunistas que

combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens” (Passarinho. In: Motta, op.cit, p.27).

Mas, mais do que isto, as entrevistas figuram como uma tentativa de estabelecer o lugar da memória do grupo na sociedade. Os depoimentos de oficiais até então publicados, por não terem o caráter institucional, demonstraram mais as divergências, erros e problemas do que a unidade e virtudes do movimento de 1964. Sendo assim, não é de estranhar a ânsia dos militares em registrar as próprias memórias, escrevendo uma versão oficial da história, que já corria dentro do grupo, mas que se mantinha dentro dele.

Isto se tornou evidente por dois motivos em especial: a quantidade de depoimentos que compõe a Coleção e a ausência de opiniões divergentes, resultado da inexistência entre os depoentes, de oficiais considerados pelo Exército como “de esquerda” ou simpáticos a esta no período.

Enfim, a idéia recorrente que permeia toda a coleção é a de que os militares perderam para a esquerda a batalha pela memória, como fica explícito no trecho da introdução da Coleção, escrita por Jarbas Passarinho, na qual o coronel sinaliza a situação dos oficiais que participaram do golpe e dos governos militares: “são quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida do governo de esquerda moderada. Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens” (Passarinho. In: Motta, op.cit, p.27), e isso, por si só, justificaria a luta dos militares por aquilo que eles denominam “justiça com a história”, que seria a divulgação se suas memórias através da coleção aqui analisada.

Todavia, não devemos, ao ler tais memórias, esquecer que a instituição militar busca através destes relatos, construir uma história oficial sobre o período e que os depoentes acreditam-se agentes discursivos, ou seja, responsáveis pela criação do discurso que será reproduzido pelo restante dos membros do grupo, o qual deverá ser repassado aos seus membros mais jovens e, na medida do possível, atingir a sociedade civil. Acima de tudo, ao lermos as entrevistas, devemos lembrar a influência que as

instituições militares exercem sob a formação da percepção e conseqüentemente dos discursos de seus representantes:

“[...] para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro da corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. [...]. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas, e, sobretudo, a corporação militar. *A farda não é uma veste qualquer, é uma pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente*” (General Octávio Pereira da Costa, in: MOTTA, 2003, t.2; p.45, grifo meu).

Bibliografia citada:

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
..... *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- HALBWACHS, MAURICE. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.
- LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. “História Oral, caminhos e descaminhos”. In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 14 Tomos.
- POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, no 10, 1992, p.200-212.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: Um Perfil*. São Paulo: Globo, 2003.